



# **MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM**

## **Estado de São Paulo**



**Moção Nº 422/2025**

**EMENTA: MOÇÃO DE APOIO E SOLIDARIEDADE À JOVEM MOGIMIRIANA QUE FOI AGREDIDA FISICA E INTELECTUALMENTE POR INTOLERÂNCIA RELIGIOSA.**

**SENHOR PRESIDENTE,  
SENHORES VEREADORES E VEREADORAS,**

Requeiro à Mesa, na forma regimental de estilo, depois de ouvido o Douto Plenário, e de acordo com o Art. 162, combinado com Art. 152 § 2º do Regimento Interno vigente, que seja registrada em ata de nossos trabalhos a MOÇÃO DE APOIO E SOLIDARIEDADE À JOVEM MOGIMIRIANA QUE FOI AGREDIDA FISICA E INTELECTUALMENTE POR INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NO DIA 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

### **JUSTIFICATIVA**

A Jovem Mogimiriana Miryan de Oliveira Silva, segundo relatos de familiares ao Jornal O Impacto, foi alvo de ameaças desde que se mudou para o endereço atual de residência, agressões intelectuais como a pichação do muro da residência, conforme se verifica pela foto no Jornal e por fim pelo ataque físico sofrido pela mesma no último dia 12 de novembro, ocasionando a sua internação para tratar os ferimentos.

Diante desse cenário, é preciso repudiar com firmeza a violência por intolerância religiosa.

A intolerância religiosa no Brasil é crime definido pela Constituição Federal (inciso VIII do art. 5º), pela Lei nº 7.716/1989 (Lei Caó) e pela Lei nº 9.459/1997. A Lei nº 14.532/2023 equiparou a injúria racial ao crime de racismo, aumentando a pena para quem cometer atos de intolerância religiosa para dois a cinco anos de prisão, além de multa.



## **MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM**

### **Estado de São Paulo**



Constituição Federal: Garante a liberdade de consciência e de crença, o livre exercício dos cultos religiosos e a proteção dos locais de culto e suas liturgias, segundo o artigo 5º, inciso VI.

Lei nº 7.716/1989 (Lei Caó): Define como crime "praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional" (art. 20). A pena é de reclusão de um a três anos e multa.

Lei nº 9.459/1997: Altera a Lei nº 7.716/1989 e considera crime a prática de discriminação ou preconceito contra religiões.

Lei nº 14.532/2023: Aumentou a pena para quem obstar, impedir ou empregar violência contra manifestações ou práticas religiosas, equiparando-o ao crime de racismo. A pena é de reclusão de dois a cinco anos, além de multa.

Código Penal: Prevê crimes relacionados à intolerância religiosa, como a injúria (art. 140, § 3º), que pode ser usada para ofender alguém por motivo de religião, e o crime de vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso (art. 208).

No estado de São Paulo, a legislação de combate à intolerância religiosa inclui a Lei Estadual de Liberdade Religiosa (Lei nº 17.346/2021), que reforça a liberdade de crença e prevê punição para a perturbação de manifestações religiosas. Essa lei estadual é complementada por leis federais, como o artigo 208 do Código Penal, que criminaliza a discriminação e a perturbação de cultos, e a Lei nº 7.716/1989 (com alterações pela Lei nº 9.459/1997), que define a discriminação religiosa como crime.

#### **Leis estaduais de São Paulo**

Lei nº 17.346/2021: Institui a Lei Estadual de Liberdade Religiosa no estado de São Paulo, com o objetivo de combater qualquer forma de intolerância religiosa e reforçar a liberdade de crença.

Lei nº 15.365/2014: Institui o Dia Estadual da Liberdade Religiosa, comemorado anualmente em 25 de maio, para celebrar e promover a reflexão sobre o direito de escolha de crença individual e sua livre manifestação.



## **MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM**

### **Estado de São Paulo**



Em Mogi Mirim, a legislação municipal mais recente sobre intolerância religiosa é a Lei nº 6889/2025, que prevê multa administrativa para quem impedir, invadir, ocupar e/ou perturbar cultos religiosos. Essa lei municipal atua de forma complementar à legislação federal, como a Lei nº 7.716/1989, que tipifica a intolerância religiosa como crime.

Crimes desta natureza violam o princípio básicos da democracia, da equidade e do respeito à dignidade da pessoa humana.

Repudiamos a arrogância, a intolerância religiosa, que empobrecem o debate político e atentam contra a Democracia.

Ao nos solidarizarmos com a jovem mogimiriana, estamos sendo solidários, também com todas as pessoas que enfrentam a violência por intolerância religiosa e até mesmo de gênero e raça.

Requeiro que seja remetida cópia dessa propositura para à Prefeitura Municipal na pessoa do Sr. Prefeito Dr. Paulo de Oliveira e Silva e indico que através das Secretarias competentes desenvolvam ações de apoio à vítima com base nos princípios constitucionais.

Requeiro ainda que seja encaminhada uma cópia dessa propositura à Casa dos Conselhos para que a mesma dê conhecimento a todos os Conselhos Municipais.

**Sala das Sessões “VEREADOR SANTO RÓTOLLI”, em 17 de Novembro de 2025.**

**VEREADOR ERNANI LUIZ DONATTI GRAGNANELLO**



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo



## Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Mogi Mirim. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=873J0HJX0NU996SW>, ou vá até o site <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

**Código para verificação: 873J-0HJX-0NU9-96SW**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO:2985/2025 - 17/11/2025 - 16:52 - 873J-0HJX-0NU9-96SW